

Termo de Referência 24/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2024	320004-MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF	CLAUDIO AUGUSTO NOVAIS FERRAZ	15/03/2024 18:54 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	3/2024	48330.000056/2024-34

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de emissão de 01 (uma) unidade de Certificado Digital SSL do Tipo Wildcard OV Padrão Internacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento,

Tabela 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Certificado Digital SSL Wildcard OV - Validação da Organização, padrão internacional, com vigência de 24 meses.	27170	Certificado	1	R\$ 3.031,25	R\$ 3.031,25

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, não prorrogáveis, contados do Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de comprovar a autenticidade dos diversos sistemas, sítios e domínios atualmente em uso nos Ministério de Minas e Energia, a exemplo Sistema Eletrônico de Informação - SEI, sistema de Declaração Digital – DDIG, Sistema do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - SREIDI, Sistema de

Controle do Acesso à Energia Elétrica - SCAEE e outros, bem como os documentos e informações gerados por estas pessoas jurídicas. Essa comprovação é garantida mediante o uso de certificados digitais SSL.

2.2. Atualmente no Brasil, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação é a autarquia federal que tem por objetivo manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), sendo a primeira autoridade da cadeia de certificação, desempenhando o papel de Autoridade Certificadora Raiz – AC-Raiz, bem como credenciando e descredenciando os demais participantes da cadeia, supervisionar e fazer auditoria dos processos. Portanto, à priori, os certificados devem ser emitidos por estas Unidades Certificadoras.

2.3. Considerando que os navegadores de internet mais comuns no mundo, como Firefox, Safari e outros, não aceitam a cadeia de certificados ICP-Brasil por padrão, exibindo mensagens de erro e de riscos para o usuário, impondo aos usuários dúvidas sobre a origem dos dados acessados. Nesse sentido, recomenda-se que a aquisição destes certificados siga o padrão internacional, e não o ICP-Brasil.

2.4. Busca-se nesta ação, portanto, atender às necessidades de segurança da informação dos processos de TIC, adquirindo certificados digitais do tipo SSL, padrão internacional, conforme quantitativo detalhado na tabela 1 deste documento para certificar o domínio do Ministério de Minas e Energia: *.mme.gov.br.

2.5. Atualmente o Ministério de Minas e Energia - MME possui um contrato vigente para fornecimento de certificado SSL Wildcard cuja validade encerra-se em 30/03/2024, sendo necessário a aquisição de um novo certificado para substituir o atual com a celeridade requerida.

2.6. Vale citar que ao considerar-se a opção de contratação desse tipo de certificado junto ao Serpro, constata-se que a cadeia de certificação para os certificados emitidos pelo Serpro ainda não é reconhecida pela maioria dos navegadores por não ter o Padrão Internacional (Compatibilidade Universal com navegadores e dispositivos móveis em geral) exigido por esses dispositivos, fato que comprometeria a usabilidade e a facilidade de acesso aos sistemas do MME e, em nos casos de alguns navegadores, necessitaria instalar a cadeia de certificados do Serpro, padrão ICP-Brasil, para acesso aos sistemas, em outros navegadores ainda haveria o problema de incompatibilidade com a cadeia. Alguns exemplos são os Portais do Serpro, do GOV.BR, da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União que utilizam certificados não emitidos pelo Serpro como se verifica nas imagens da tabela abaixo.

Emitido para		Emitido para	
Nome comum (CN)	gov.br	Nome comum (CN)	serpro.gov.br
O (Organização)	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	O (Organização)	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
Unidade organizacional (OU)	<Não faz parte do certificado>	Unidade organizacional (OU)	<Não faz parte do certificado>
Emitido por		Emitido por	
Nome comum (CN)	GlobalSign RSA OV SSL CA 2018	Nome comum (CN)	Sectigo RSA Organization Validation Secure Server CA
O (Organização)	GlobalSign nv-sa	O (Organização)	Sectigo Limited
Unidade organizacional (OU)	<Não faz parte do certificado>	Unidade organizacional (OU)	<Não faz parte do certificado>
Período de validade		Período de validade	
Emitido em	terça-feira, 9 de maio de 2023 às 15:16:17	Emitido em	segunda-feira, 1 de maio de 2023 às 21:00:00
Expira em	domingo, 9 de junho de 2024 às 15:16:16	Expira em	segunda-feira, 13 de maio de 2024 às 20:59:59
Impressões digitais SHA-256		Impressões digitais SHA-256	
Certificado	c34424d16fdc93c4c2721dfa884196aa4ca7e93362d92ae38501e507bf6df0c5	Certificado	e9b4dd0e22a803c83e885bb0b9595e92c4666d6ef24bf12f7ebccda
Chave pública	5b0531e707f8398a16a83c7c6481f806343a133c165a186be8b94f0b7ecbf0a2	Chave pública	2c6ca9d58b4123fbfd9f01b0dd59034ad8f2d1465a3131e2ea2dda71

Emitido para	
Nome comum (CN)	*.tcu.gov.br
O (Organização)	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
Unidade organizacional (OU)	<Não faz parte do certificado>
Emitido por	
Nome comum (CN)	Thawte TLS RSA CA G1
O (Organização)	DigiCert Inc
Unidade organizacional (OU)	www.digicert.com
Período de validade	
Emitido em	segunda-feira, 2 de outubro de 2023 às 21:00:00
Expira em	sexta-feira, 20 de setembro de 2024 às 20:59:59
Impressões digitais SHA-256	
Certificado	4ed3e3ba22a35f3cfb2ec00e7d5b5f196d932aef0cfaa65771ef1cfa2637dcc5
Chave pública	71ada2b3598b27e0394b9601222083befb27c7971dd5770662a8829a57740d52

Emitido para	
Nome comum (CN)	*.cgu.gov.br
O (Organização)	<Não faz parte do certificado>
Unidade organizacional (OU)	<Não faz parte do certificado>
Emitido por	
Nome comum (CN)	Amazon RSA 2048 M02
O (Organização)	Amazon
Unidade organizacional (OU)	<Não faz parte do certificado>
Período de validade	
Emitido em	segunda-feira, 11 de dezembro de 2023 às 21:00:00
Expira em	sexta-feira, 10 de janeiro de 2025 às 20:59:59
Impressões digitais SHA-256	
Certificado	730563e2bf4bcd2b51c6d1cee308397d0401aa467dad9cbdf4b293
Chave pública	b6e705209355d8362d3e0287a3d3c7da503ff8f87ac0806a5f476c

2.7. Assim, a presente aquisição busca atender as necessidades do setor de segurança da informação de processos de TIC, adquirindo 01 (um) certificado digital do tipo SSL Wildcard do tipo OV - Validação da Organização, padrão internacional.

2.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP:** 37115383000153-0-000001/2024
- Data de publicação no PNCP:** 20/05/2023
- Id do item no PCA:** 261
- Classe/Grupo:** 167 - SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS
- Identificador da Futura Contratação:** 320004-3/2024

2.9. Como resultados a serem alcançados com esta contratação espera-se:

- Garantir segurança e proteção máxima das informações transitadas entre os sites e aplicações web do Ministério de Minas e Energia (MME) e as estações de trabalho dos usuários internos e externos;
- Garantir o funcionamento das páginas da internet do MME e dos serviços internos que funcionam pela web;
- Garantir a segurança do tráfego de informações fornecidas e/ou recebidas pelo usuário de forma criptografada, impossibilitando sua visualização por terceiros;
- Garantir tráfego de informações fornecidas e/ou recebidas pelo usuário de forma criptografada, impossibilitando sua visualização por terceiros;
- Permitir a utilização do protocolo HTTPS nas conexões;
- Garantia da confiabilidade dos serviços web disponibilizados pelo MME; e
- Garantir a autenticidade, integridade e não repúdio dos documentos publicados pelo Ministério de Minas e Energia.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução de TIC consiste em comprovar a autenticidade dos serviços de portais, sites e sistemas hospedados no Ministério de Minas e Energia e proteger informações dos usuários que utilizam tais serviços por meio da implantação de certificado digital SSL Wildcard OV - Validação da Organização, padrão internacional, que tem a função de prover dois dos mais importantes pilares da segurança: confidencialidade e autenticidade.

3.2. Os certificados SSL são emitidos por autoridades de certificação (CAs) autorizadas. As CAs são terceiros confiáveis que emitem certificados TLS/SSL autenticando vários detalhes relacionados a um site e aos respectivos proprietários.

3.3. Os certificados TLS/SSL são úteis por permitem uma conexão segura com um site, criptografando os dados que são transmitidos entre os usuários e o domínio, e também, por verificarem a propriedade e a identidade do responsável pela URL. Assim como um certificado no mundo físico, um certificado digital é basicamente uma certificação do seu direito de representar sua empresa ou organização online.

3.4. Existem três tipos de certificados SSL: DV (Domain Validated), OV (Organization Validated) e EV (Extended Validation). Os níveis de criptografia são os mesmos para cada certificado, o que difere dos processos de habilitação e verificação necessários para obter o certificado.

3.5. Os nomes de cada tipo de certificado SSL representam as etapas de validação que ocorreram antes da emissão do certificado. Os certificados Domain Validated fazem uma verificação do proprietário de uma URL, enquanto os certificados Organization Validated verificam o proprietário do domínio e autenticam a organização de negócios afiliada à URL. Os certificados Extended Validation proporcionam alta segurança de identidade porque exigem a verificação do proprietário do domínio, da organização de negócios e da pessoa jurídica da empresa envolvida.

3.6. Neste sentido, observa-se que o Certificado Digital SSL Wildcard OV (Organization Validated), padrão internacional, é o mais adequado as necessidades do Órgão, pois permite proteger uma quantidade ilimitada de subdomínios do Ministério em um único certificado, tornando o site mais confiável, com padrões de criptografia e segurança mais robustos que o certificado SSL DV, de maneira prática e econômica, sendo este o objetivo da presente aquisição

3.7. Vale citar que os certificados digitais SSL oferecem a autenticidade e confidencialidade durante todo o processo de troca de dados, informando ao usuário que o site que ele está acessando é realmente original e seguro. Também garantem que, por meio da criptografia, os dados informados na página não poderão ser acessados por terceiros, e mesmo que sejam acessados, não poderão ser lidos e utilizados de alguma forma.

3.8. Portanto, o quantitativo de uma unidade do Certificado Digital SSL Wildcard OV é suficiente para atender ao domínio público dos Ministério de Minas e Energia (mme.gov.br) e seus subdomínios.

3.9. A especificação detalhada do produto está apresentada no item de Requisitos da Arquitetura Tecnológica deste Termo de referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental não são aplicáveis a essa contratação por se tratar de fornecimento de Certificado Digital SSL, sem fornecimento de equipamentos, componentes ou peças e também sem gerar impacto direto ao meio ambiente, dessa forma não se aplica à presente contratação o art. 16º, inciso I, letra g da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não há como segmentar o núcleo principal do item do objeto, portanto, sua execução deve estar sob a responsabilidade direta da Contratada, de maneira a mitigar dificuldades em se delimitar responsabilidades em caso de descumprimento de cláusulas contratuais e níveis mínimos de serviços.

4.2.2. Assim sendo, não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, e tampouco a participação de empresas em consórcio na licitação.

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelo fato do serviço a ser contratado ser de um fornecimento simples, não envolvendo recursos humanos e outros recursos materiais e/ou equipamentos.

4.4. Requisitos de Negócio

4.4.1. Garantia, para terceiros, da autenticidade do conteúdo disponibilizado nos sítios internet e intranet do Ministério de Minas e Energia (certificação SSL).

4.5. Requisitos Legais

4.5.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.6. Requisitos de Manutenção

4.6.1. Devido às características da solução, não serão exigidos requisitos de manutenções pela Contratada.

4.7. Requisitos Temporais

4.7.1. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento similar, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.7.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.8.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.9. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.9.1. Devido às características da solução, não havendo oferta de produto por meio físico, observadas as normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, não serão exigidos requisitos sociais, ambientais e /ou culturais.

4.10. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.10.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.10.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.10.3. Visando garantir a segurança, confiabilidade e integridade nas transações executadas pela rede corporativa do Ministério de Minas e Energia, a solução de certificação digital deverá ser composta de: Certificados digitais SSL/TLS WildCard, validação OV, padrão internacional (não ICP- Brasil).

4.10.4. Os certificados deverão possuir as seguintes características e funcionalidades mínimas:

- Versão WILDCARD para ilimitados subdomínios de um domínio;
- Validação OV (Validação Organizacional);
- Autenticado por AC Internacional, Raiz internacional e reconhecimento mundial, no padrão SSL/TLS;
- Certificação em plena conformidade com os requisitos estabelecidos internacionalmente;
- Funcionar em domínio com ou sem o www;
- Chave de 2048 ou 4096 bits e criptografia forte de 256 ou 512 bits;
- Compatibilidade com os principais navegadores do mercado e sistemas operacionais Windows e Linux, sem a necessidade de nenhuma intervenção manual do usuário ou instalação de cadeias adicionais;
- Compatibilidade com todos os servidores e equipamentos que suportem SSL/TLS, x509 v3 e HTTPS;
- Compatibilidade com dispositivos móveis, celulares e smartphones;
- Reemissão gratuita e ilimitada do certificado digital durante a sua validade;
- Licença de uso em ilimitados servidores sem custo adicional;
- Processo de validação deve ser de até 2 dias úteis;
- Deverá ser utilizado para vários subdomínios vinculados ao domínio principal; e
- Ter validade de 24 (vinte e quatro) meses ou de 12 (doze) meses desde que um certificado seja reemitido ou emitido para cobertura da vigência de 24 meses do contrato, contado da data da habilitação do certificado.

4.11. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.11.1. Considerando que apenas os certificados SSL são passíveis de implementação e esta é realizada pela equipe técnica do Ministério então não há requisitos de projetos e de implementação.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.14.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser prestados.

4.14.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana de maneira eletrônica e por via telefônica.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.2. Ser integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Ministério a tais documentos.

4.15.3. Os serviços contratados deverão ser aderentes aos normativos internacionais pertinentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. A Contratada deverá informar, em até 6 (seis) horas do recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo de Contrato, conforme o caso, quais procedimentos e a relação de todos os documentos necessários à emissão dos certificados digitais, os quais deverão ser apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

5.1.1.2. A identificação e validação dos documentos será preferencialmente online e efetuada pela Contratada, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço. Esse prazo por der prorrogado por igual período desde que justificado pela contratada e aprovado pela contratante.

5.1.1.3. Caso seja necessária a identificação e validação presencial, estas devem ocorrer na sede do MME, sem ônus adicional ao Contratante.

5.1.1.4. A Contratada emitirá o voucher do certificado digital, em até 2 (dois) dias úteis da identificação e validação da documentação necessárias à emissão do certificado em questão.

5.1.1.5. A emissão do voucher do certificado digital deve ser feita pela internet, por meio de link para download disponibilizado ao Contratante.

5.1.1.6. Caso seja necessário entregar algum documento, a entrega será realizada às expensas do fornecedor, na Sede do Ministério - Esplanadas dos Ministérios - Bloco U - Brasília/DF, no período das 09h às 17h, em dias úteis.

5.1.1.7. A Contratada garantirá o sigilo e a segurança das informações no âmbito de sua operação dentro dos limites aos quais se restringem os serviços que compõem o objeto desta contratação.

5.2. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2.1. Formas de Pagamento

5.2.1.1. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados no item 7 deste Termo de Referência.

5.2.2. Mecanismos formais de comunicação

5.2.2.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- Ordem de Serviço;
- Ata de Reunião;
- Ofício;
- Sistema de abertura de chamados;

- E-mails e Cartas;

2.2.2.2. As comunicações entre a Contratante e o Contratado ocorrerão, preferencialmente, via e-mail. No entanto, o Contratado também deverá disponibilizar central telefônica para contato, cujo horário de funcionamento seja, ao menos, das 8 (oito) às 17 (dezesete) horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

5.2.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.2.3.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Fiscalização

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. Fiscalização Técnica

6.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7. Fiscalização Administrativa

6.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.8. Gestor do Contrato

6.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto na tabela abaixo.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir que o voucher seja entregue ao servidor do Ministério de Minas e Energia no prazo previsto neste Termo de Referência.
Meta a cumprir	Até 02(dois) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço.
Instrumento de medição	Pedido encaminhado pelo CONTRATANTE.
Forma de acompanhamento	Comunicação, via e-mail, do CONTRATANTE.
Periodicidade	Uma única vez.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAP = (TEX - TEST) / TEST$ <p>Onde:</p> <p>IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço;</p> <p>TEX = Tempo de Entrega – corresponde ao prazo utilizado pela(o) Contratada(o) para entregar o voucher, contabilizado da data do encaminhamento do e-mail pela unidade competente;</p> <p>TEST = Tempo Estimado para a entrega do certificado, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAP:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – multa de 2,5% sobre o valor do Certificado;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – multa de 5% sobre o valor do Certificado;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – multa de 7,5% sobre o valor do Certificado;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – multa de 10% sobre o valor do Certificado;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada multa de 15% sobre o valor do Certificado.</p>

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados;
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2. Do recebimento

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.2.5. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.2.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.5.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.2.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.2.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.3.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 10 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 3 dias úteis. Após o limite de 3 dias úteis, aplicar-se-á multa de 20 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	Para valores do indicador IAP: De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 0,20 – multa de 2,5% sobre o valor do Certificado; De 0,21 a 0,30 – multa de 5% sobre o valor do Certificado; De 0,31 a 0,50 – multa de 7,5% sobre o valor do Certificado; De 0,51 a 1,00 – multa de 10% sobre o valor do Certificado; Acima de 1 – Será aplicada multa de 15% sobre o valor do Certificado.
		Advertência.

3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.
---	--	--

7.3.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

- não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. Liquidação

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.4.3.1. o prazo de validade;
- 7.4.3.2. a data da emissão;
- 7.4.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.4.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.4.3.5. o valor a pagar; e
- 7.4.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.4.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5. Prazo de pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.5.2. Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao Ministério de Minas e Energia, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.7. Cessão de crédito

7.7.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.7.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.7.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.7.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes

ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.7.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Dispensa de Licitação**, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço** por item.

8.1.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Contratação Direta.

8.1.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Contratação Direta.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

8.3. Exigências de habilitação

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.2. Habilitação jurídica

8.3.2.1. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.3.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.2.5. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.2.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.3.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.3.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.3.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.3.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.3.4.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.3.4.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.3.4.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.3.4.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.3.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.3.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.3.5. Qualificação Técnica

8.3.5.1. Não serão solicitados atestados de capacidade técnica para esta aquisição.

8.4. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

8.4.1. Decreto nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal: aplicável. Em seu artigo 5º, o supracitado Decreto traz a seguinte redação:

“Art. 5º. Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do caput terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.”

8.4.2. Isto posto, em relação ao Decreto 7.174/2010, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º.

8.4.3. Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: aplicável. A referida Lei, traz em seu artigo 48:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (...)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.”

8.4.4. Assim, em respeito à norma, o item será destinado exclusivamente à disputa por microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.031,25

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.031,25 (três mil trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela 1 deste documento.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 320084 - Subsecretária de Tecnologia da Informação/MME;

II - Fonte de Recursos: 010000000000;

III - Programa de Trabalho: 25.126.0032.218T.5664;

IV - Ação: 218T - Manutenção e Operação Da Infraestrutura De Tecnologia Da Informação, PTRES 234945;

V - Elemento de Despesa: 339040;

VI - Plano Interno: -;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NUBIAN MENDONCA AMORIM

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 15/03/2024 às 18:53:35.

CLAUDIO AUGUSTO NOVAIS FERRAZ

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 15/03/2024 às 18:49:28.

CLEUSA COSTA DE JESUS

Agente de contratação

SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO

Agente de contratação

MARCIO NAHAS RIBEIRO

Autoridade competente